

A POSSIBILIDADE DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL FRENTE AO RACISMO ESTRUTURAL NUMA EXPERIÊNCIA JUNTO A RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA: A COMPREENSÃO DO AMOR A PARTIR DA TRANSDISCIPLINARIDADE E O OUTRO COMO LEGÍTIMO.

ILZE LOPES DA SILVA

Mestranda do curso de Mestrado em Educação, Culturas e Identidades da UFRPE/Fundaj, ilzelopes16@gmail.com

LEANDRO WAGNER DE ALBUQUERQUE DA SILVA

Doutorando em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, leow83@gmail.com

RESUMO

Este artigo constitui-se como um recorte de minha pesquisa de mestrado, que se encontra em andamento. Como tema principal, apresento uma discussão acerca do racismo estrutural e a constituição da identidade racial como membro do movimento da Renovação Carismática Católica. No decorrer do referido trabalho procurei desenvolver uma reflexão a respeito das concepções de amor, a partir dos estudos desenvolvidos por Maturana (2002), e o amor sob a perspectiva cristã em sua condição mais radical, como possibilidade de compreender quais implicações operam no movimento de reconhecimento da identidade racial frente a vivência numa perspectiva conservadora cristã. Como dados para a análise e construção deste artigo faço uso da minha autonarrativa desde a experiência junto a Renovação Carismática, costurando com os conceitos de racismo estrutural, identidades e os princípios da transdisciplinaridade. Na ocasião utilizei como referenciais teóricos os principais autores: Almeida (2018), Gomes (2005), Hall (2000), Santos (2008), Woodward (2000), Freire (1983), entre outros. Como conclusão, o artigo aponta que a transdisciplinaridade pode ser um caminho para compreensão da construção da identidade racial a partir da vivência na experiência cristã.

Palavras-chave: racismo; identidade; amor; transdisciplinaridade.

INTRODUÇÃO

As instituições reproduzem as condições necessárias para um grupo hegemônico permanecer no comando de suas atividades, tão logo elas impõem determinações sociais, baseadas em pressupostos racistas, subalternizando o grupo minoritário. No caso brasileiro, essa dinâmica racista não é evidente, quase impossível de provar, porém existe na família, na escola, na política, no trabalho, na TV, em diversos meios. Logo, a identidade negra perpassa por esse cenário de negação, imposição e violência. O racismo institucional, “[...] faz com que a cultura, a aparência e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade” (ALMEIDA, 2018, p. 31).

Tendo em vista a problemática do racismo institucional no Brasil, Gomes (2005, p. 42) afirma que a construção de uma identidade negra que seja o oposto aos lugares subalternizados imposto pelos brancos, implica no desafio constante que negros e negras enfrentam historicamente desde muito cedo, pois, por muitas vezes é necessário negar a herança africana para que seja aceito socialmente. Em suma, ser negro ou negra no Brasil é sujeitar-se aos padrões determinados pelos colonizadores europeus, que através de suas ações “civilizatórias” exterminaram os povos indígenas, saquearam suas terras, escravizaram e violentaram os povos africanos em função do enriquecimento econômico de suas metrópoles.

Diante do exposto, a discussão em torno da construção da identidade racial em oposição as práticas e discursos racistas no Brasil, perpassa as diversas dimensões do indivíduo negro. Desde de sua educação familiar, onde se constitui seus valores, aspectos emocionais e suas memórias em relação aos seus antepassados, bem como através das instituições que empregam referências culturais e sociais nos sujeitos. A escola, por exemplo, é um lugar onde a educação se confirma como prática social e compreende o espaço de múltiplos saberes, olhares e historicidades. É na escola que diversas identidades se encontram e se relacionam. Sendo assim, o processo de construção da identidade negra necessita do reconhecimento da pluralidade racial e étnica no país, desconstruindo o pensamento hegemônico etnocêntrico que valoriza apenas a cultura do “homem” branco europeu

Ao recorrer a Hall (2000), corroboro com a ideia de que as identidades não são estanques, essas estão sempre atreladas ao processo de historização radical do indivíduo que leva a um processo contínuo de mudança e

transformação. Todavia, as instituições se esforçam em modelar as identidades em função da manutenção de um discurso ou práticas comuns a elas. Diante dessa afirmativa, emerge o questionamento: Como se dá a construção da identidade negra em meio ao processo homogeneizador das instituições? Durante a diáspora africana, chegaram no Brasil diversos povos de diversas nações, com línguas, costumes e culturas diversas, as quais foram condicionadas ao processo “civilizatório” do europeu. Diante disso, foram forçados a abandonarem toda sua historicidade com processo de escravização. Nesse contexto, a Igreja Católica possui papel importante no apagamento cultural dos africanos e dos povos originários durante a colonização.

Destarte, a Igreja Católica fez parte dessa estrutura social montada a partir de pressupostos racistas para a dominação dos povos originários e africanos. O cristianismo católico serviu como prisma orientador das ações colonizadoras nas Américas. Após a “abolição” da escravidão no Brasil, as sequelas desse período nebuloso da nossa história permaneceram. Contemporaneamente, a Igreja Católica não é mais a mesma, suas práticas não se pautam mais em fundamentos arcaicos, provenientes do período colonial ferindo os direitos humanos. No entanto o racismo, como legado da escravidão, permanece objetivamente no dia-a-dia da população negra que frequenta os mais diversos espaços da sociedade, inclusive a igreja.

Para Silvio Almeida (2018, p. 16) o racismo é estrutural, pois “ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade”. Segundo o autor, o racismo se expressa cotidianamente nas relações sociais e se reproduz nas instituições por está fundamentado nas estruturas políticas e econômicas da sociedade. Assim, “as instituições são racistas porque a sociedade é racista” (ALMEIDA, 2018, p. 36). Logo, a Igreja Católica no Brasil é racista. Isso implica numa série de tensões em relação à construção da identidade negra dos seus membros, bem como, pressuponho que haja a criação de mecanismos para o enfrentamento do racismo.

Acredito que não pode haver um processo de compreensão do racismo se não houver a discussão sobre a valorização da humanidade nos indivíduos. Pois, só assim perceberemos e entenderemos que o racismo destrói todo vestígio de humanidade nas pessoas. Segundo a Renovação Carismática Católica (2012), devemos entender o que é o amor através da formação humana e espiritual, e temos que praticar esse amor nos colocando dentro do processo de formação sempre vigilantes na prática do

amor-doação. A Renovação Carismática Católica (RCC) é um movimento eclesial da Igreja Católica Apostólica Romana, formada por participantes através dos Grupos de Oração, compreendidos como células base que se espalham pelo Brasil através das dioceses.

Há mais de 20 anos me constituo membro efetivo e liderança dentro da RCC. Faço parte do grupo de oração Exultar na Paróquia Conceição de Beberibe, Zona Norte do Recife. Sendo negra, moradora da periferia, não me enquadro no padrão de estética branca, muitas vezes me sinto constrangida ao expressar minha cultura e historicidade negra no grupo o qual faço parte, por exemplo, assumindo meu cabelo crespo. O que me faz pensar: A partir da minha experiência junto aos grupos de oração da Renovação Carismática Católica e a perspectiva transdisciplinar, quais as implicações desse processo na construção de uma identidade racial em oposição ao racismo institucional?

Diante disso, buscarei compreender como a teoria transdisciplinar possibilita o diálogo entre a experiência na Renovação Carismática Católica e o processo de construção de uma identidade racial. Tendo em vista que na transdisciplinaridade “não se tem uma Verdade última e absoluta, mas verdades sempre relativas e passíveis de mudanças no decorrer do tempo” (SANTOS, 2008, p. 75), dissertarei acerca dos caminhos possíveis para a construção de uma identidade racial tendo como horizonte a articulação entre as múltiplas dimensões do ser humano. Acredito que para entendermos a complexidade que cerca as relações humanas, nossa atuação na dinamicidade no meio social e a diversidade da natureza, necessitamos abandonar o modelo cartesiano de compreensão e de obtenção do conhecimento, pois só através da transdisciplinaridade que poderemos alcançar esse objetivo. Tendo isso em mente, este artigo visa contribuir no entendimento da complexidade existente entre a vivência no cristianismo através da RCC e a busca pela construção de uma identidade racial.

2. O racismo “à la Brasil”

Ao conceituar o racismo, Gomes (2005) afirma que se trata de uma aversão a pessoas que compartilham traços de um determinado grupo racial, tal como cor da pele, tipo de cabelo, etc. Segundo a autora, o racismo “é por outro lado um conjunto de ideias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores”. Muitas vezes esse tipo de pensamento gera atos de violência,

desprezo, preconceito e discriminação. Almeida (2018) aprofunda a discussão quando define o racismo como,

[...] uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial a qual pertencem. (ALMEIDA, 2018, p. 25)

Para Almeida (2018), o racismo se relaciona com as formas de discriminação racial amparadas nas relações de poder. Nesse caso, o autor reforça sua ideia ao afirmar que o racismo é um processo que subalterniza ou concede privilégios a determinados grupos raciais através da economia, política ou das relações sociais. Deste modo, não podemos desatrelar o debate sobre o racismo sem levar em consideração o processo de desenvolvimento brasileiro, o qual criou as condições de desigualdades sociais e raciais ao longo de nossa história.

Levando em consideração os séculos de exploração dos povos negros e indígenas aqui no Brasil, não podemos negar que a escravidão serviu para a manutenção da hegemonia de uma elite branca e conservadora no país. O que referencia Lago (1988) quando afirma que “o trabalho escravo era a base de produção e não era suplementar a qualquer outro sistema de trabalho”. A escravização dos africanos era o único meio dos colonizadores obterem seus lucros. Por consequência, a subalternização dos povos africanos através do trabalho escravo desencadeou a força motriz para enriquecimento dos colonizadores. O que impediu negros e negras de acessarem as condições dignas de sobrevivência.

Tudo isso levou à cabo a construção do quadro de vulnerabilidade social da população negra que perdura até os dias atuais. A cristalização do mito da democracia racial no imaginário brasileiro serviu como pano de fundo para disfarçar os ranços advindos desse sistema escravocrata colonial. Por isso, será sempre inconsistente a crença de que vivemos a utopia de um país *desracializado*” (PAIXÃO, 2006, p. 37). Sendo assim, não descarto a ideia de que o racismo não é um fenômeno social isolado. O racismo se apoia em aspectos históricos, culturais e econômicos que ajudaram a formar a sociedade.

Para Almeida (2018) o racismo se apresenta em três modos: individualista, institucional e estrutural. No tocante ao racismo de modo individualista Gomes (2005, p. 52) afirma que, “na forma individual o racismo manifesta-se por meio de atos discriminatórios cometidos por

indivíduos contra outros indivíduos; podendo atingir níveis extremos de violência”. Almeida (2018) corrobora com esse pensamento quando diz que, o racismo nesses moldes se manifesta de maneira direta. Não obstante, enxergar o racismo sob esta visão é nutrir a concepção de que esse tipo de discriminação acontece sob a condição “patológica” humana. Nesse caso, é transferir a responsabilidade desse fenômeno para o campo da psicologia. O autor reforça que tratando o racismo através de uma concepção individualista o combate a essa prática se daria apenas no campo da educação e conscientização, nas mudanças culturais da sociedade. Entretanto, para Almeida (2018) não devemos excluir a afirmativa de que existem sociedades e instituições racistas. A discussão sobre o racismo não pode ser compreendida como algo reservado apenas a um sujeito ou grupo de indivíduos. O debate é muito mais complexo.

Como havia elencado anteriormente, o racismo também é fomentado por instituições ou sociedades organizadas através de estruturas fundamentadas em preconceito e discriminação, disfarçadas de uma falsa normalidade. No caso das instituições, o racismo se revela através de normas, leis ou princípios que regem o comportamento de seus membros, traduzido em ações que determinam os lugares de poder. Assim sendo, o lugar do negro sempre vai ser de subalternidade frente ao grupo racial dominante. Segundo Almeida (2018),

A desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos. (ALMEIDA, 2018, p. 30)

O racismo como comportamento social se dá no interior das instituições que estabelecem uma dicotomia na relação entre grupos raciais distintos. Nesse caso existem as concessões e privilégios a determinado grupo racial hegemônico em detrimento do outro.

O racismo não decorre, apenas, de uma ação individual e/ou institucional, mas a partir das relações de poder que envolvem as questões econômicas, políticas e jurídicas. Para Almeida, “comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é a regra e não exceção” (ALMEIDA, 2018, p. 38). Por isso, é importante refinar o olhar para as diferentes questões no tocante a distribuição de renda, igualdade de oportunidades e o tratamento jurídico

igualitário. Pois, é através desses pressupostos que poderá surgir uma agenda para o enfrentamento do racismo. Nesse sentido, a construção de uma sociedade sem racismo só ocorrerá quando houver a extinção dos privilégios, os quais ocasionaram a normalização de relações raciais desiguais no campo econômico, político e jurídico.

3. Caminhos e implicações para a construção de uma identidade negra

Em consequência, a busca do indivíduo por sua identidade negra passa por caminhos árduos e embates constantes. O racismo, que condiciona o povo negro à “categoria” de pessoas inferior, projeta o ideal de branquitude que serve como prisma no processo de construção das identidades dos sujeitos. Por isso,

Muitas vezes, o caminho que se percorre na busca dessa identificação é marcado por inúmeras contradições e opressões sofridas internamente pelo indivíduo, que acaba por se impor uma regra básica – a negação de si próprio, de sua cor e, por conseguinte das suas características fenotípicas. Ou seja, o negro nasce e sobrevive imerso numa ideologia de que o branco é o ideal a ser atingido e endossa a luta para realizar esse modelo. (PINTO & FERREIRA, 2014, p. 262)

Portanto, a identidade racial do negro é constantemente marcada pelos processos histórico e social, e também através de identificações culturais com sua africanidade. Além disso, a identidade negra perpassa as marcas, historicamente construídas, a partir do fenótipo do sujeito que vai lhe determinar o que é ser negro/a. Não obstante, considero a educação como parte dessa estrutura que percorre as relações raciais. A educação é uma “instituição social” (LIBÂNEO, 1994), portanto é terreno fértil para transmissão de padrões socioculturais que são necessários à vida em sociedade, seja de forma implícita, explícita, formal ou informal. Acredito, também, que a Igreja Católica, assim como a Educação, interfere na construção das identidades e pode ser um mecanismo de manutenção do racismo.

Segundo Durkheim (2013), cada sociedade aspira um homem ideal e “é o conjunto da sociedade e cada meio social específico que determinam este ideal que a educação realiza”. (DURKHEIM, 2013, p. 53). Todavia, a visão funcionalista “durkheimiana” impede de observar as particularidades

histórico e cultural da educação e dos sujeitos. Pois, “aprender e ensinar fazem parte da existência humana, histórica e social[...]”(FREIRE, 1993, p.12). Seguindo essa lógica, Freire (1983) diz que “ninguém educa ninguém, como tão pouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1983, p. 79). Considero que o ato de educar se dá na “presença” em função de um contexto. Assim como a educação, a religião como território diverso atua nas subjetividades para construção de identidades objetivando um tipo de sujeito, pois esses indivíduos ao fazerem parte de algum grupo religioso “ganham uma identidade e um papel, através do processo educativo, para desempenhar um conjunto de funções que deles se espera” (GALLO, 2010, p. 230).

Embora concordo com os autores, no sentido de acreditar que a educação pode contribuir na construção de identidades, não podemos perder de vista que a identidade “uma vez assegurada, ela não anulará a diferença” (HALL, 2000, p. 106). Portanto, a identidade se faz a partir da diferença. Hall (2000) defende que “as identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação” (HALL, 2000, p. 108). O autor defende que não existe uma unicidade em relação às identidades. As identidades estão sempre fragmentadas e multiplamente construídas ao longo de nossas vidas. Segundo Hall (2000), as identidades

Têm a ver não tanto com as questões “quem nós somos” ou “de onde nós viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios”. (HALL, 2000, p. 109)

Já Freire (1983), aponta que o sujeito é inacabado, finito e portanto está em constante formação. Visto que, “tal como a educação, a religião é um território de trocas de bens, de serviços e de significados entre as pessoas” (BRANDÃO, 2002, p. 152). Com isso em mente, pensamos no processo educativo da Renovação Carismática Católica que a partir de princípios norteadores e da experiência de encontros de oração educa os seus membros preparando-os para uma vida em santidade na sociedade, empregando-lhes uma outra identidade. Por essa perspectiva, consideramos que a religião, assim como a educação, transforma, atua

objetivamente e subjetivamente na constituição das identidades a partir de um projeto de indivíduo a ser formado.

Tendo em vista que “a construção da identidade é tanto simbólica quanto social” (WOODWARD, 2000, p. 10), reflito: Eu como mulher negra vivendo sob a perspectiva do amor-doação, proposto pela a RCC, dentro dessa instituição que não aceita a diversidade; como vivencio esta complexidade? Verifico que, em certo grau, existe um conflito.

O conflito, aqui, se estabelece diante da multiplicidade inerente às identidades. De acordo com Woodward (2000),

A complexidade da vida moderna exige que assumamos diferentes identidades, mas essas diferentes identidades podem estar em conflito. Podemos viver, em nossas vidas pessoais, tensões entre nossas diferentes identidades quando aquilo que é exigido por uma identidade interfere com as exigências de uma outra. (WOODWARD, 2000, p. 31)

Considerando que a identidade não pertence a uma unidade fixa, ela se relaciona a partir das múltiplas posições que os sujeitos se mobilizam. Sabemos que ser negro/negra no Brasil é ser interpelado/a por uma série de acontecimentos histórico-culturais, onde o racismo se configura como produto dessas circunstâncias. A percepção da identidade negra requer reconhecer a história de uma ascendência africana e, é necessário dar conta dos conflitos que disso venham a decorrer. Portanto, o debate sobre a identidade racial, de indivíduos que são perpassados por um processo formativo cristão católico, se dá a partir da percepção da existência de uma complexidade de múltiplas dimensões. Diante disso, recorro a transdisciplinaridade para tentar compreender esses fenômenos.

4. Amor, amor cristão e transdisciplinaridade

Segundo Santos (2005) a visão articulada do conhecimento preconiza uma sobreposição ao modelo cartesiano que se estabelece a partir da disciplinaridade, ou seja, os princípios cartesianos, os quais fragmentam e racionalizam o conhecimento, se afastam e desconsideram as dimensões da natureza que se relacionam de maneira complexa entre si. Olhar para o conhecimento a partir de um viés transdisciplinar é atentar para “a dimensão da vida e da cotidianidade: a emoção, o sentimento, a intuição, a sensibilidade e a corporeidade” (SANTOS, 2005, p. 01). No tocante a emoção, por exemplo, Maturana (2002) afirma que podemos perceber

que só nos constituímos como seres sociais através da aceitação do outro na condição da diversidade, pautada numa relação mediada pela horizontalidade. Nesse sentido, o amor não se dá na ação baseada num romance, nem no *amor cristão*. É na interação e reconhecimento do *outro como legítimo* que permeia a nossa existência humana. Só assim, nós humanos, podemos viver em harmonia. Nessa perspectiva, Maturana (2002) afirma que “o amor é a emoção que constitui o domínio de ações em que nossas interações recorrentes com o outro fazem do outro um legítimo outro na convivência” (MATURANA, 2002, p. 22). Através desse movimento de reconhecimento do *outro como legítimo*, não haverá espaço para as práticas de opressão e violência.

Ao me aprofundar na compreensão dos objetivos do movimento carismático católico algumas questões, a exemplo da discussão no que tange a identidade racial, me levaram a refletir. Considerando que a nossa trajetória de vida não é linear, a problematização acerca da identidade racial na RCC surge ao passo que começo, a partir de outros percursos, a me reconhecer como mulher negra. Diante desse contexto, surgem inquietações como: Existe espaço para a aceitação da identidade da mulher negra na RCC? Qual o sentido e significado do amor proposto pela RCC? A proposta do movimento da RCC enfatiza como objetivo a vivência da prática religiosa com base no *amor de Deus*, tendo no horizonte a proposta de santidade. Essas inquietações me atravessam, pois a medida que vou me assumindo como mulher negra, percebo a resistência do Movimento ao que é ser diferente. Ou melhor, ao que foge às regras impostas pela RCC. O Movimento tem uma identidade própria pautada em uma lógica católica cristã conservadora que não dialoga com as pautas mais progressistas que emergem na sociedade.

A partir de Maturana (2002), penso que devemos construir as relações permeadas por pelo o “amor” que tende a mitigar os processos de subalternização. Segundo o autor, “as interações recorrentes no amor ampliam e estabilizam a convivência; as interações recorrentes na agressão interferem e rompem a convivência” (MATURANA, 2002, p. 22). Isso me faz pensar como as instituições brasileiras se ausentam da prática desse “amor”, ao servirem como mecanismos de manutenção das opressões e violências, como o racismo estrutural, por exemplo. Considerando as reflexões anteriores, em que o *amor* proposto por Maturana (2002) se aproxima do amor cristão? O amor de Deus, fora da institucionalização do cristianismo, é radical. Esse amor é o que possibilita a convivência na pluralidade das identidades, tendo como base a vivência no respeito visando

a inclusão, onde cada pessoa possa ser o que é. Empatia, reciprocidade, dignidade, justiça e igualdade - na condição de sermos humanos - são princípios que estão no bojo do que prega o amor cristão. Nesse sentido, não seria o amor cristão libertador ao propor amar o diferente, os que estão à margem na sociedade?

Segundo Santos (2008), a perspectiva do Terceiro Termo Incluído, considera a transposição da tradição aristotélica do “sim” ou “não” abrindo espaço para outras possibilidades que compreendem o contraditório. Assim, o Terceiro Termo Incluído será aquele que ficaria de fora da lógica cartesiana o qual não caberia uma definição previamente estabelecida, como o “mais ou menos” ou o “talvez”, por exemplo. De acordo com Santos (2008), “ao articular esses pares binários, por meio da lógica do terceiro termo incluído, a compreensão da realidade ascende a outro nível, tomando um significado mais abrangente e sempre em aberto para novos processos” (SANTOS, 2008, p. 75). É sob esse aspecto que a realidade pode conter níveis de contradição permitindo outros níveis de compreensão antes não abertos a interpretações que escapassem do domínio da ciência tradicional.

Diante do exposto, penso a partir da lógica do “Terceiro Termo Incluído” que poderá eu, uma mulher negra, não abrir mão da minha reminiscência africana e fazer parte de um movimento religioso cristão conservador. Nesse caso, o “amor” em Maturana (2002) e o amor cristão em sua *forma mais radical* se aproximam. A partir da teoria da complexidade e da transdisciplinaridade ao afirmarem “a superação do modo de pensar dicotômico das dualidades” (SANTOS, 2008, p.72), me permitem imaginar caminhos possíveis. A afirmativa anterior é baseada no pressuposto de que “a transdisciplinaridade é como um emaranhado de múltiplas interações que sempre está começando e recomeçando, transpondo os limites antes impostos [...]” (GUEDES et al, 2010, p. 28). O que observo é que pode existir uma complexidade de pensamento que não exclui o contraditório.

Ao fugir da direção linear que a construção do conhecimento percorre, a partir da lógica da racionalidade cartesiana dos saberes, a transdisciplinaridade elabora uma passagem para a *incerteza*. De acordo com Santos (2008)

O conceito de incerteza contrapõe-se às mensagens dualistas dicotomizadas, que priorizam somente a dimensão que contribui para a construção da ordem, da certeza, tornando-se uma visão parcial, reducionista, determinista e objetivista (SANTOS, 2008, p.78).

A *incerteza* opera naturalmente na vida do ser humano e na natureza, porém é a partir da certeza que se estabelece a sensação de normalidade que rege nossas vidas apoiadas em instituições e estruturas socialmente construídas. O fenômeno da certeza, no mundo branco ocidental e moderno, promove a destruição ou o apagamento de *outros mundos* possíveis. Tais mundos, são exteriores aos processos homogeneizantes de tempos, identidades e subjetividades outras. A incerteza se apresenta como uma ameaça às instituições, pois estas “funcionam com base em certezas, provendo uma base geral para o seu funcionamento” (SANTOS, 2008, p. 78). Assumir-se mulher negra, com toda historicidade que disso decorre, dentro da Renovação Carismática Católica é um tanto perigoso para a manutenção de uma identidade cristã conservadora? Digo, talvez não. Pois devo concordar com Santos (2008) quando afirma que, “os contrários são geradores de vida e fazem parte do processo evolutivo” (SANTOS, 2008, p.79). Os contrários são premissas fundantes da *incerteza*.

A transdisciplinaridade permite o diálogo constante com a natureza e com nós mesmos. Uma vez que,

O ser humano é uma organização viva e contextualizada; um sistema aberto que possui uma estrutura própria de auto-regulação e dispõe de um modo particular de construção, sempre inserido no meio ecológico, com o qual interage e assume compromissos e responsabilidades (SANTOS, 2008, p. 81).

Castro (1996) e Krenak (2019) nos alertam sobre a tentativa de silenciamento dos povos originários a partir da imposição da narrativa civilizatória eurocêntrica. O paradigma moderno dominante estimula o afastamento do ser humano da natureza. Esse afastamento é provocado desde a perspectiva da ciência nos moldes ocidentais como totalitária e única. A partir da observação dessa realidade, Castro (1996) e Krenak (2019) procuram dissertar sobre o homem e a natureza desde a óptica da cosmovisão ameríndia em oposição ao conhecimento científico ocidental. A natureza é quem constitui os seres humanos e nesse movimento de sempre refazer-se e re-construir a si mesma é o que nos mantém a nossa existência aqui na Terra. Sendo a natureza, a força que rege a existência das coisas e do Universo, inclusive a nossa existência, ela é a força motriz que estabelece a ordem de todo nosso Universo. Logo, o princípio da *autopoiese* considera que assim como a natureza todo ser humano,

por fazer parte dela, também pode se “auto refazer”. É nesse movimento que estou sempre me refazendo como membro da igreja católica e como mulher negra.

5. Considerações finais

Como pessoa negra, reconheço e assumo a minha ancestralidade que carrega as marcas históricas e culturais do povo africano. Assumir essa identidade como mulher negra é confrontar os princípios de santidade que um membro *carismático* deve seguir. O que me enche de *incertezas* (SANTOS, 2008). A identidade de uma mulher negra, que comecei a construir, me levou a um *pensar diferente*. O que vem a ser respeito e justiça social? Diante disso, foi necessário enfrentar certos desafios impostos que me levaram a *re-aprender*.

A Renovação Carismática Católica traz à tona em sua agenda a pauta da santidade, nos ensina que a vivência da justiça social e do respeito ao ser humano é uma exigência requerida pelo princípio que funda o cristianismo que é o *amor*. Portanto, nos obriga a tecer a aceitação do diferente na perspectiva do *outro como legítimo* (MATURANA, 2002). O que, também, requer de nós a necessidade de uma *re-humanização*, ao abandonarmos toda a compreensão de que só nos constituímos como seres humanos a partir de uma maneira única de existir no mundo.

Assim sou provocada e provoco: O amor anunciado pela Renovação Carismática Católica nos ensina a reconhecer o outro, que é diferente, como ser legítimo? Dessa forma, implica pensar, sobre a construção da minha identidade racial não me deslegitima como membro da RCC. Pois o *amor* de cristo, em sua forma mais radical, permite nos relacionar com o outro (o diferente) e a natureza com todas as suas complexidades inerentes à existência desse mundo.

Acredito que a transdisciplinaridade permite outros níveis de compreensão, outras visões e maneiras de aprender, re-aprender, sentir, ser e estar no mundo. Cria outros espaços para viabilização de outras temporalidades, mundos outros e sujeitos novos, desconstruindo a visão única e totalitária da realidade construída a partir do conhecimento científico enraizado ao discurso de modernidade ocidental. Logo, o racismo estrutural não cabe e nem deve existir dentro desses outros mundos que emergem a partir do movimento de autopoiese, incertezas e pluralidades e complexidades.

6. Referências:

BRANDÃO, Carlos R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio**. Mana [online]. 1996, vol.2, n.2, pp.115-144.

DE ALMEIDA, Silvio Luiz. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013

FREIRE, Paulo. **Pedagoga do oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983a.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

GALLO, Silvio. **Educação: entre a subjetivação e a singularidade**. Educação Revista do Centro de Educação, Santa Maria, v. 35, n. 2, pp. 229-243, 2010

GOMES, Nilma Lino. **Alguns Termos e Conceitos presentes no Debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. Educação antiracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10639/03**. Brasília: Ministério da Educação, 236p, 2005.

Guedes, C.o. ; Machado, J. G. ; **BRITO, M. J. P.** ; Brito, S.J. ; Machado, V. R. . Importancia das aplicações da transdisciplinaridade na educação humana. Graduando, v. 1, p. 21-32, 2010.

HALL, Stuart. "Quem precisa da identidade?". In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Editora: Companhia das Letras, 2019.

MATURANA, H. Emoções e linguagem na educação e na política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

PAIXÃO, Marcelo. **O Desenvolvimento Econômico e o Tema das Relações Raciais no Brasil.** IN: Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais. Rio de Janeiro. 2006.

RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA DO BRASIL. **Relacionamento com os outros.** 2012. Disponível em: <<https://www.rccbrazil.org.br/espiritualidade-e-formacao/formacao-humana/613-relacionamento-com-os-outros.html>>. Acesso em: 07 de set de 2021.

SANTOS, A.. **Complexidade e Transdisciplinaridade em Educação: cinco princípios para resgatar o elo perdido.** Revista Brasileira de Educação, v. 13, p. 71-83, 2008

WOODWARD, Kathryn. **“Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”.** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000